



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE DEZEMBRO DE 1999

*Senhora Ruth Cardoso, Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária; meu caro amigo Ministro da Justiça, José Carlos Dias; Senhores Ministros de Estado; Senhor Secretário de Estado de Direitos Humanos, José Gregori; Senhor Procurador-Geral da República, Doutor Geraldo Brindeiro; Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro; Senhores Embaixadores; Senhores Premiados; Dona Lúcia Araújo; Senhores Patrocinadores do prêmio; Senhores Membros do Comitê Julgador; Senhoras e Senhores,*

O Ministro José Carlos Dias já expressou a nossa emoção de estarmos aqui, mais uma vez, neste dia simbólico – nas palavras dele – de celebração, quase de consagração dos direitos humanos.

Recordo-me de que, em 95, quando o Doutor Gregori nos propôs, com o entusiasmo que lhe é próprio, a organização de um prêmio desse tipo e, mais tarde, um programa de defesa dos direitos humanos, em um discurso que fiz, no dia 7 de Setembro, eu disse que os direitos humanos eram o novo nome da democracia. E é verdade. É verdade e, com isso, a democracia passa a ter a sua força universal.

Custou muito tempo para que pudéssemos colocar a humanidade como sujeito da História. Não é fácil. O sujeito foram nações, foram Estados, foram classes. Hoje, é difícil pensar senão em termos universais mesmo da humanidade. E direitos humanos têm a ver diretamente com isso.

Aqui, algumas das alusões já feitas, por exemplo, por Dona Lúcia à questão ecológica, essa questão tem a ver com a humanidade. A questão do horror à violência, a violência atômica, tem a ver com a humanidade. Nunca mais holocausto, muito menos o atômico. Constitui-se um novo sujeito na História que ultrapassa as fronteiras. E isso é algo realmente novo.

Houve quem sonhasse, em algum momento, no século XIX, que seria possível falar-se de uma humanidade concreta, universal concreta, para usar expressões hegelianas, e que seria uma classe a portadora da essência do ser humano e que faria a história ser de toda a humanidade.

Não foi por aí o caminho. Foi por outros caminhos. Até, talvez, pelo caminho do medo, do terror, do terror atômico, do fim da possibilidade da reprodução da vida, pelas questões ambientais. Mas por qualquer que seja o caminho, estamos chegando a uma noção que ultrapassa fronteiras. E, realmente, são o ser humano e a humanidade que passam a constituir o centro de nossas preocupações.

Aqui, no Brasil – já o disse o Doutor Gregori –, temos feito um esforço grande. E esse esforço tem, naturalmente, implicações políticas, que o Ministro José Carlos Dias ressaltou, ao mostrar-nos a mudança enorme havida nas nossas condições de convivência política, que, efetivamente, de um período que foi marcado pelo desrespeito às condições mínimas de direitos humanos, passou-se a uma outra situação, onde há transgressões, mas elas não são sancionadas. Elas não têm o apoio do Governo. Elas não têm o apoio de nenhum setor importante da sociedade.

Portanto, há um espírito de transformação disso. Uma mudança profunda. Talvez, a mais importante das últimas décadas, que foi, de novo, nós respirarmos não apenas o ar da liberdade, abstratamente, mas do respeito concreto ao ser humano, às pessoas, qualquer que seja a condição social dessa pessoa. E também é certo que se passou dessa postura

geral a alguma coisa mais focalizada. Daí o Programa Nacional de Direitos Humanos. Agradeço, mais uma vez, ao Doutor Paulo Sérgio Pinheiro, que colaborou na definição desses rumos com o Doutor José Gregori.

Por mais que sejam lentos os avanços, houve avanços. Houve avanços, e avanços significativos. Doutor Gregori mencionou a questão de um programa de proteção à testemunha. É algo muito objetivo, muito concreto, que implica um diálogo permanente da sociedade com o governo e do governo com o Congresso, sempre com a intermediação dos meios de comunicação. Mas, progressivamente, vai-se avançando.

Crescentemente, as questões de gêneros são colocadas como questões fundamentais na definição das políticas de governo. E, crescentemente, o repúdio a qualquer discriminação, sobretudo de raça, passa também a ser um objeto permanente de preocupação. Toda a revisão que foi feita pelo Ministério da Educação nos manuais de ensino nas nossas escolas primárias, os parâmetros curriculares básicos, todos eles foram feitos a partir da idéia de que temos que afastar quaisquer formas de preconceito de gênero, de raça ou de classe.

Leva tempo, possivelmente, para que todos esses valores realmente se transformem em prática na vida cotidiana. Mas vai-se avançando. E não é dizer-se que esse avanço possa se dar apenas no plano do comportamento, apenas no plano dos valores. É preciso que haja modificações efetivas na sociedade.

Com todas as dificuldades havidas, acho que não podemos esquecer nunca que, se é verdade que direitos humanos é o novo nome da democracia, é verdade também que eles implicam uma condição social melhor para a população. E isso é difícil, mas vai-se avançando.

Tive o prazer de receber, nesses dias, um estudo feito por gente do Ipea sobre o PNAD—Programa Nacional de Amostragem por Domicílio-98, que mostra alguns dados que me deixaram muito entusiasmado. A renda *per capita* familiar, em 98, foi a mais alta de toda a história do país. É um dado singelo, mas tem significado. Mais ainda: a renda familiar média *per capita*, de 95 a 98, foi 28% mais alta do que no período 90-93. São dados também de condição de vida. E a incidência da pobreza sofreu uma diminuição de 20% com relação ao período anterior a 95.

Como consequência, 10 milhões de pessoas deixaram aquela linha de pobreza.

Quando se olha para o lado do que falta fazer, falta o infinito. Quando se olha para o lado do que está sendo feito, algo foi feito. E quando se compara, nem se fala. E, nas ciências da vida, há sempre que comparar. O absoluto pertence a outro reino. Não é o reino da Terra. Aqui, temos que comparar: avançou, ficou igual ou retrocedeu? Estamos avançando. Com dificuldades, com momentos de paralisação, por fatores vários, mas estamos avançando, porque temos determinação. E essa determinação, que não pode ser gongórica, que não pode ser retórica, que não pode ser simplesmente de fazer barulho, essa determinação existe porque existe consciência da necessidade das transformações.

Nada disso seria possível se não vivêssemos um clima de liberdade e se não vivêssemos um clima no qual – voltando ao que disse no início – o valor central volte a ser, sem retórica, o ser humano, a pessoa humana. Não adianta, simplesmente, grandes palavras se não há avanços efetivos.

E avanço efetivo é tirar criança do trabalho penoso. Outro dia, um dado assustador: 3 milhões de brasileiros menores de idade no trabalho infantil. Mas o menos assustador: há cinco anos, eram 4 milhões. Então, reduziu-se 1 milhão. Dito 3 milhões, é de não dormir. Dito um número puro. Dito que eram 4 e passaram a 3, ainda é de não dormir. Mas, pelo menos, já se começa a sonhar que um dia vai-se poder dormir com a consciência tranqüila, porque não haverá criança trabalhando e, sim, criança estudando, concretamente.

É assim que se faz. Não se muda uma sociedade do dia para a noite. Não se muda uma mentalidade, não se transforma os direitos humanos em pedra angular da vida de um momento para o outro. Mas, persistentemente, vamos chegando lá.

Quero terminar agradecendo o trabalho de todos aqueles que aqui foram premiados. Cada um, a seu modo, no seu nível de atuação, está fazendo o melhor para que o Brasil se sinta mais confortável diante dele próprio. E, muito especialmente, agradeço a Dona Lúcia as palavras que proferiu aqui em nome de todos. E quero dizer que eu também

tenho esperança, tenho certeza de que teremos, crescentemente, paz e prosperidade. E, sobretudo, não vamos aceitar a violência. Esse não à violência é fundamental. E tem que ser concreto, começando pela proibição do uso de armas, que é um incentivo permanente à violência. E o Brasil quer paz!

Muito obrigado.